

Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-09>

René E. Gertz

Manifestações desabonadoras em relação a alemães e descendentes estabelecidos no Brasil são o tema a ser abordado aqui. Ele é complexo e melindroso. Tais manifestações variaram no decorrer do tempo e apresentaram nuances diferentes mesmo em períodos de crise, quando, aparentemente, vigorava unanimidade na opinião pública e entre autoridades. Mas detalhes desse tipo não poderão ser levados em consideração. Por isso, assume-se o risco consciente de uma abordagem unilateral, apresentando casos concretos. Também não se tem dados estatísticos sobre as dimensões das restrições, no conjunto da sociedade brasileira. Além disso, não será possível verificar se, simultaneamente, circulava alguma referência positiva. Por fim, é importante salientar que, mesmo que se venha a falar de "alemães no Brasil", de fato, os casos apresentados se referirão, sobretudo, aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por motivos que são óbvios para um conhecedor.

O "perigo alemão"

Ao referir manifestações negativas contra alemães e descendentes decorrentes da presença de nazismo e neonazismo, em solo brasileiro, não se pode esquecer que elas inserem-se numa tradição vinda desde os tempos da chegada dos primeiros imigrantes, em 1824. Mas como não é possível recuar até Adão e Eva, serão feitas apenas algumas referências breves àquilo que ficou conhecido como ideologia ou discurso do "perigo alemão", que, grosso modo, estendeu-se de 1871, com a fundação do Império Alemão, até o final da Primeira Guerra Mundial – ainda que, apesar da derrota alemã, naquele momento, nova constelação interna no Brasil fizesse com que esse "perigo" não fosse declarado extinto, motivo pelo qual se deve

adicionar a década de 1920, depois da qual vem, então, o nazismo, a ser tratado com mais detalhes.

Coincidência ou não, em 1966/1967, foram concluídas duas teses de doutorado sobre as relações Brasil-Alemanha no período indicado, abordando supostas ou efetivas intenções imperialistas-anexionistas alemãs. A primeira foi defendida na então República Democrática Alemã, a segunda na República Federal Alemã. Compreensivelmente, a primeira concluiu pela existência do “perigo alemão”, no sentido indicado, a segunda colocando-a em dúvida. Não interessa esmiuçar os argumentos de cada autor, mas ilustrar o imaginário que circulava no Brasil. Para Jürgen Hell (1966, p. 236), havia grande preocupação, no sul, de “que o predomínio dos latifundiários criadores de gado estava ameaçado pela continuada expansão colonizadora dos teuto-brasileiros”. O “perigo” não derivaria tanto de efetivas intenções imperialistas alemãs, mas, sim, da “resistência dos teuto-brasileiros à assimilação, e da difusão da ideologia germanista”.

Gerhard Brunn (1971, p. 217) – apesar de colocar em dúvida pretensões imperialistas-anexionistas – descreveu o “perigo alemão” em termos semelhantes: temia-se “seriamente a formação de um Estado dentro do Estado”, motivo pelo qual a política em relação aos “alemães” ficou cada vez mais inamistosa; “a imigração alemã passou a ser indesejada”, “pintavam-se visões macabras de que a presença alemã sufocaria a sociedade brasileira”.

Em 2014, foi defendida outra tese – na Alemanha reunificada – que trata de migração alemã para o Brasil na extensão temporal de 1824 a 1941. Baseado em fontes variadas, esse trabalho aproxima-se daquele de Hell, no sentido de pressupor a existência de “discursos coloniais” envolvendo alemães e descendentes no sul do Brasil. Na prática, esses discursos, porém, teriam enfrentado dificuldades intransponíveis. Ao descrever o conteúdo das avaliações brasileiras sobre o “perigo alemão”, aproxima-se dos dois autores anteriores: “A conservação de uma nacionalidade estrangeira representaria um perigo para o Brasil, já que não se poderia confiar na lealdade política dos imigrantes alemães. A política cultural alemã estaria abrindo caminho para a infiltração econômica, e, num segundo momento, para uma anexação territorial do sul do Brasil pelo Império Alemão” (SCHULZE, 2016,

p. 194-195).¹

Como destacou Brunn (1971, p. 201), criaram-se colunas permanentes na imprensa brasileira dedicadas a alertar contra esse “perigo alemão”. Jornalistas e intelectuais publicaram livros a respeito, em especial nos 10 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A transcrição de passagens de três escritos pode dar uma ideia daquilo que se imaginava. Começemos por Sílvio Romero, intelectual conhecido, na época – este caso é especialmente significativo, pois era um dos mais destacados “germanófilos” brasileiros, isto é, *conhecedor e admirador* da cultura alemã. Para ele, o problema não estava na Alemanha ou na “cultura alemã”, mas nos alemães de carne e osso estabelecidos no Brasil: “Antes de tudo, importa considerar o estado de espírito das gentes das colônias situadas em nosso país. Este espírito nos é adverso”. Nos Estados Unidos, se integrariam à sociedade local, “no Brasil, fazem vida à parte, e nos aborrecem”. “O desprezo que ostentam por nossa vida pública, da qual não participam de propósito, é outra prova irrefragável”. “Existem em cerca de 380.000 pessoas de origem germânica, residentes no Brasil, seis ou oito que, para confirmar a regra da abstenção de seus patrícios em tudo que é puramente brasileiro, se metem nas lutas partidárias locais”. Disso, resultariam os perigos para a integridade do Brasil, pois a Alemanha despacharia emissários, “quase todos os anos, para animar os patrícios, que devem crescer e proliferar, até chegar a ocasião de se fundar o Novo Estado” (ROMERO, 1906, p. 35-36; p. 27).

Em 1914, o médico e político Raimundo Bandeira publicou – sob o pseudônimo de Arbivohn – livro intitulado *O perigo prussiano no Brasil*. “Nas escolas alemãs [de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul], as crianças aprendem que o Brasil é um país selvagem”; “compulsam mapas geográficos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brasil figuram como domínios da coroa prussiana”; “os governadores já têm nomes alemães, e fazem da tribuna do Senado profissão de fé francamente prussiana. Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial” (ARBIVOHN, 1914, p. 4-5). Constatação interessante é a de que Romero alertara para o número ínfimo de “alemães” que “se metem nas lutas partidárias”, enquanto Arbivohn, pelo contrário,

¹ Dois trabalhos acadêmicos brasileiros que tratam do “perigo alemão” são CAMARGO (1996) e FERNANDES (2011).

vê com apreensão o fato de que "governadores já têm nomes alemães", acusando-os, portanto, de intromissão *excessiva* na vida política brasileira, e não de total abstencionismo, crítica muito mais corriqueira, naquele contexto.

Em 1915, um intelectual paranaense chamado Raul Darcanchy escreveu sobre *O pangermanismo no sul do Brasil*. Um dos temas desse livro é a possível "intervenção militar" de "alemães" na Guerra do Contestado (conflito que se desenrolou, entre 1912 e 1916, no centro-norte de Santa Catarina e centro-sul do Paraná). Segundo o autor, "não pretendemos aceitar como definitivamente verdadeira a ideia de que tivessem os fanáticos do Contestado agido por inspiração dos imperialistas alemães de Santa Catarina", mas considerou que a suposição não é absurda, pois "existe no estado de Santa Catarina grande número de batalhões de atiradores alemães que, no seu conjunto, constituem um perfeito exército colonial prussiano, sob o disfarce de associações de tiro teuto-brasileiras". "Nada falta para lhe dar o caráter, que efetivamente têm de há muito, de tropas de desembarque já desembarcadas no sul do Brasil" (DARCANCHY, 1915, p. 27).

A campanha contra o "perigo alemão" não foi promovida, exclusivamente, por brasileiros. A imprensa internacional – sobretudo de França, Inglaterra e Estados Unidos – insistiu no tema, desde 1871, após a derrota francesa para a Prússia e a criação do Império Alemão. Por essa razão, não admiram as descobertas de Karina Kriegesmann (2020, p. 76), na imprensa internacional, ao tempo da Primeira Guerra, quando escreve:

Neste contexto aparecem muitas referências sobre o massivo emprego de armas e sobre depósitos de munição, supostamente encontráveis por toda parte. Os jornais fomentavam a ideia de que os imigrantes alemães estariam praticando atos de violência. Além disso, a revolta em andamento não se restringiria aos três estados do sul.

Com a derrota alemã, em 1918, poderia esperar-se que a oposição aos "alemães" tivesse desaparecido, pois o argumento imperialista-anexionista perdera plausibilidade. De fato, não foi assim. Na continuidade do trabalho recém citado, a autora desenvolveu uma tese que indica que, na década de 1920, ocorreu um ponto

de inflexão – para pior – naquilo que se divulgou em relação a imigrantes, “estrangeiros”, “indesejados”. A autora analisou as manifestações de imprensa frente ao levante “tenentista” de 1924, em São Paulo, e chegou à conclusão de que ele era apresentado como e desenvolveu na opinião pública a convicção de que se tratava de uma “revolta de estrangeiros”.

Em poucos dias, a revolta degenerou num conflito amplo, em cujo contexto a antipatia e a desconfiança em relação aos imigrantes se tornou evidente. Foi possível, mais uma vez, trazer para o palco imagens de inimigos. De imediato, a preocupação com o reaparecimento do “perigo alemão” se fez presente (KRIEGESMANN, 2020, p. 274).

A autora concentrou sua atenção na rebelião como momento desencadeador de nova fase de críticas (mesmo que não exclusiva contra “alemães”), mas o contexto merece ser ampliado. Em 1922, fora festejado o centenário da Independência; sem entrar no mérito, deve-se lembrar que o modernismo marcou presença. Ambos desencadearam debates sobre a “identidade” do Brasil; deram origem a posições nacionalistas cada vez mais incisivas; o nacionalismo, com frequência, aliou-se ao catolicismo – dando origem a situações *sui generis*: em 1924, Alcebíades Delamare publicou livro intitulado *As duas bandeiras: catolicismo e brasilidade*, cujo prefácio é uma carta laudatória do então arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, nascido na Alemanha. A aliança entre nacionalismo e catolicismo desencadeou, ao menos no Rio Grande do Sul da década de 1920, episódios conflitivos em torno de nação brasileira, religião e “estrangeiros” – e não se pense que essas situações tenham envolvido apenas luteranos “alemães”, também afetou metodistas “americanos” e outros (GERTZ, 2002, p. 89-123). Numa perspectiva ampla, esse clima caracterizou a situação até 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, em termos internacionais, e o Estado Novo, em termos nacionais. Mas os 15 anos entre 1930 e 1945 foram, adicionalmente, afetados pela presença do nazismo.

Nazismo

Recentemente, foi publicado livro que apresenta quadro fundamentado da atuação partidária nazista na América Latina, bem como da bibliografia a respeito (BERTONHA e ATHÁIDES, 2021). Desde antes da tomada do poder, o partido procurou registrar, contactar e controlar núcleos fora da Alemanha. Depois de janeiro de 1933, essa atividade foi atribuída à *Auslands-Organisation* (AO) (Organização do Exterior) do partido, NSDAP. Oficialmente, não se visava a difundir o nazismo entre o conjunto das populações de outros países, mas apenas entre cidadãos alemães que se encontrassem neles – estavam, portanto, excluídos, inclusive, descendentes de alemães.

Mesmo que não se possa tomar como exatos os números sobre presença de “alemães” (imigrantes e descendentes) no Brasil, referências dos anos 1930 apontam para cifras entre 800.000 e 1.000.000. Quanto aos alemães (sem aspas, cidadãos da Alemanha), falava-se de 75.000, mas, nas listas oficiais de imigrantes fornecidas pelo IBGE, constata-se que, entre 1920 e 1929, veio número superior ao citado; de 1910 a 1919 haviam sido mais de 25.000, e, nos anos 1930, teriam vindo mais de 27.000 (CARNEIRO, 1950, anexo). Em função disso, pode-se pressupor a presença de 100.000 cidadãos alemães, em 1937, auge da aproximação entre os governos brasileiro e alemão –, mesmo considerando que alguns se tivessem naturalizado brasileiros e outros tivessem ido embora.²

A presença de “alemães” no Brasil, no contexto da ascensão nazista ao poder, alimenta, da década de 1930 até hoje, um imaginário que pode ser classificado como potencialização do “perigo alemão”. Encontram-se referências frequentes que enfatizam que, em 1928, foi criado em Timbó, Santa Catarina, o *primeiro* núcleo nazista fora da Alemanha, e que, no decorrer do tempo, o Brasil teria vindo a abrigar o *maior* contingente de filiados ou “partidários” “no exterior” (MORAES, 2005, p. 183-184).

² Deve-se destacar que notícias sobre abandonos do país, incluindo retorno à Alemanha, só se registraram, com alguma frequência, após a crise nas relações entre Brasil-Alemanha, a partir de 1938.

Diante desse pano de fundo, se tentará apresentar um quadro da atuação partidária e, sobretudo, das dimensões das filiações no Brasil tal qual está refletida em trabalhos acadêmicos a respeito; depois, serão apresentadas breves conclusões da historiografia acadêmica sobre as intenções da Alemanha nazista em relação ao Brasil.

Considerando que, no estudo de Ricardo Seitenfus (1985) – tese de doutorado defendida em 1979 – não há maior preocupação com a atuação partidária nazista no Brasil, pois o trabalho dedica-se, sobretudo, às relações formais entre Alemanha e Brasil, de 1933 a 1942, a tese de René Gertz (1987) – defendida em 1980 – deve ser o primeiro estudo acadêmico desenvolvido por um brasileiro dedicado à difusão partidária no país. Segundo ele, “não há indícios consistentes de que a Alemanha nazista tenha elaborado planos para uma estratégia político-militar no sul do Brasil”; “a atividade partidária parece ter-se restringido a alguns elementos não integrados nas zonas de colonização alemã”; “tanto a atividade partidária quanto o reavivamento do movimento germanista devem ser vistos sob o pano de fundo das relações germano-brasileiras”, muito amigáveis, desde 1933; por tudo isso, “[aquil]o que aconteceu nas regiões de colonização alemã não deve ser explicado, primordialmente, por fatores exógenos, mas pelo contexto interno” (p. 108).

Na sequência, Danilo Bartel (1991) defendeu dissertação de mestrado na Universidade Livre de Berlim que trata expressamente da atuação da Organização do Exterior do partido nazista no Brasil. Tendo em vista as dificuldades de acesso a esse trabalho, cabe indicar artigo publicado dois anos depois, resumindo-o (BARTEL, 1993). A referência a esse texto justifica-se, adicionalmente, pelo fato de o próprio título refletir a conclusão do estudo: “‘Quinta-coluna’ sem plano”.³

Mesmo não polemizando, expressamente, com Gertz, não há dúvida de que o quadro desenhado por Bartel sugere que o “perigo nazista” foi maior que aquele proposto pelo autor anterior. Ainda que reconheça as trapalhadas iniciais na ação da Organização do Exterior em relação ao Brasil, afirma que, no decorrer do tempo, os atritos com a comunidade “alemã” local longamente estabelecida diminuiram; que a

³ Originária da Espanha dos anos 1930, a expressão “quinta-coluna” refere-se a agentes estabelecidos numa região que podem ajudar forças vindas de fora a tomar o poder ou conquistar território.

tentativa de exercer influência através dos diversos “departamentos” (Frente Alemã de Trabalho [DAF]⁴, Mulheres Nacional-Socialistas, Juventude Teuto-Brasileira [DBJ]⁵, Associação de Professores) atingiu um número não totalmente desprezível de pessoas.

Do ponto de vista numérico sobre filiados diretos ao partido, apresenta o dado tradicional, constante em relatório de 1937 da própria AO – 2.903 “partidários”. Relativiza o destaque muito difundido de que o Brasil teria abrigado o maior contingente de filiados no exterior, ponderando que, pelo fato de que o país abrigava uma grande “colônia alemã” (a segunda maior das Américas), seu peso relativo foi até modesto – apenas 3% dos alemães aderiram, contra, por exemplo, 18% no Chile (p. 10).

Nas conclusões, pergunta se a AO efetivamente representou uma “quinta-coluna” para o Brasil? “Ela teria gostado de sê-lo, mas ela nunca conseguiu sê-lo”. “A maioria dos teuto-brasileiros não estava disposta a exercer este papel. Ela exercia alguma influência, mas não era aceita sem restrições, não tinha dinheiro, funcionários e competência suficientes para pensar em transformar as colônias em linha de frente de uma política de ocupação ou de separatismo” (p. 32).

Novo passo importante foi dado por Luís Edmundo de Souza Moraes (2005), em uma tese de doutorado defendida na Universidade Técnica de Berlim, em 2002. É um estudo comparado entre os núcleos nazistas de Blumenau e Rio de Janeiro, numa crítica a estudos anteriores, que faziam avaliações gerais sem considerar especificidades locais – é evidente que a “colônia” Blumenau e a “colônia” Rio de Janeiro representavam realidades muito diferentes. Considerando que aqui interessam, em especial, conclusões mais gerais, Moraes não deixa de dar contribuição importante, nessa direção.

Em primeiro lugar, cabem algumas palavras sobre o número de filiados no país como um todo. O autor, naturalmente, conhece a cifra de 2.903 publicada em 1937 pelo próprio partido. Mas destaca que outras fontes apontam para números maiores, chegando a um máximo de 4.935 (p. 166). Inversamente, porém, alerta que esses

⁴ *Deutsche Arbeitsfront.*

⁵ *Deutsch-Brasilianische Jugend.*

dados, baseados em listas produzidas pelos Aliados, no pós-guerra, certamente, contêm nomes de filiados que, em algum momento, estiveram no Brasil, mas em estadas breves, de forma que o número indicado não pode ser visto como definitivo – de fato, deve ser menor. Na página 171, apresenta outra observação a ser levada em conta: baseado no censo de 1940, que indicou 89.071 cidadãos alemães no Brasil – e não 100.000, como pressuposto por outros autores –, afirma que, no mínimo, 3,25% e, no máximo, 5,6% deles aderiram ao partido. Independente do significado da pressuposição desse número menor de cidadãos alemães em 1940, os percentuais relativizam a insistência de que, no Brasil, existiu o maior número de partidários fora da Alemanha. É que nesse país existiam mais alemães – repita-se: enquanto aqui aderiram, no máximo, 5,6%, no Chile aderiram, no mínimo, 18%.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quando se trata de números que refletiriam a aceitação (ou não) da atividade partidária, são os “departamentos” vinculados: departamento feminino, associação de professores, Juventude Hitlerista (que teria funcionado sob o disfarce de Juventude Teuto-Brasileira, DBJ), Frente Alemã de Trabalho. Moraes destaca que apenas a última apresenta uma difusão mais generalizada pelo país afora, enquanto os outros três “departamentos” são citados apenas em alguns lugares – mesmo que isso não seja prova de que não tenham existido (p. 148).

Para o nosso propósito, a tese de Moraes propõe algumas alterações, mas não invalida o cerne das conclusões de René Gertz e de Danilo Bartel, pois não aponta para um sucesso estrondoso, com domínio absoluto sobre a “colônia alemã” no Brasil. Tanto em Blumenau quanto no Rio de Janeiro, as atividades desapareceram após a implantação de medidas repressivas do governo brasileiro, a partir do final de 1937, mostrando a fragilidade da organização. Logo na introdução, o autor explica que o objetivo da ação da AO era estruturar e controlar a “comunidade étnica” [*Volksgemeinschaft*] alemã, indicando que o problema geral enfrentado estava no fato de que essa “comunidade alemã no Brasil simplesmente não era um povo sem limites internos – como o partido imaginava. E justamente o partido representava um desses limites” (p. 12).

Em 2007, foi defendida, na Universidade de São Paulo, tese de doutorado de Ana Maria Dietrich, sob o título *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*.

Mesmo que nem sempre seja fácil seguir a lógica da argumentação sobre a alegada "tropicalização", e que haja contradições entre informações, ao longo do texto, o trabalho também está centrado na atuação da Organização do Exterior no Brasil. Um dos aspectos relevantes para o nosso objetivo é o destaque dado – em especial, na versão original levada à banca – às dimensões da adesão. Ainda que em relação ao número de filiados diretos ao partido cite o dado "clássico" de 2.903, insiste que os quatro "departamentos" ligados ao partido abrigavam mais gente. Segundo ela, a Frente Alemã de Trabalho tinha 6.401 filiados, o departamento feminino, 2.020; a associação de professores, 100; quanto à juventude, não apresenta números, mas como conheceu e cita, com frequência, o trabalho de Luís Edmundo de Souza Moraes, pode-se partir do pressuposto de que endosse a cifra apresentada por ele: 550. Com isto, a rigor, o número de aderentes – e, portanto, o sucesso – não teria ficado entre 3% e 5%, mas, sim, em 12% dos cidadãos alemães então existentes no Brasil, já que a soma dos parciais indicados aponta para um total de 11.974.

No mesmo ano do surgimento da tese de doutorado de Ana Maria Dietrich, foi defendida uma dissertação de mestrado sobre a atuação nazista no Paraná (ATHAÍDES, 2007). O trabalho não se distingue, de forma fundamental, daqueles dos autores até aqui arrolados. Como no Paraná havia menos "alemães" que no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, é lógico que tenha havido menos "partidários". O autor cita duas fontes divergentes – enquanto uma aponta para 185, outra indica 192 filiados à NSDAP. Informa sobre a existência da Frente Alemã de Trabalho, das mulheres nazistas, da Juventude Teuto-Brasileira e da associação de professores, destacando que sobre a última foi encontrada apenas uma referência. Não fornece números sobre os "departamentos", mas observa que fontes historiográficas clássicas apontam para 100.000 "alemães" (cidadãos e descendentes) no estado, na época – caso em que 0,18% teriam aderido; outras fontes sinalizam para um número menor, caso em que se chegaria a 0,7%. Por tudo isso, Athaídes conclui que "nas fontes, a rejeição é mais visível que a aceitação" (p. 75-76).

Diante desse quadro, cabe reproduzir um trecho da conclusão:

Pudemos constatar também, nesse sentido, que parte dos teuto-brasileiros e alemães com raízes mais profundas no Brasil e imbuídos de uma ideia de

pertença a um *establishment* na nova nação, recusaram a novidade do nazismo, na medida em que entendiam os jovens partidários como *outsiders* tentando cruzar as fronteiras protetoras do grupo, construídas desde o século XIX (p. 166).

Chama atenção para o fato de que, até final de 1937, tanto o governo federal quanto o estadual do Paraná permitiram que “proliferassem os círculos do NSDAP”, mas que, com as medidas adotadas após a decretação do Estado Novo, a atividade cessou, pois o DOPS, após essa data, “cumpria a função de vigilância sobre os ex-militantes, mapeando suas trajetórias e convocando alguns para prestar esclarecimentos” (p. 166). Não há registros de resistência ou de novas atividades, a parti de então, eventualmente clandestinas.

Em 2011, Taís Campelo Lucas defendeu tese de doutorado sobre o nazismo no Rio Grande do Sul. Possivelmente, este seja o trabalho no qual transparece o quadro menos “ameaçador” da atividade da AO no Brasil. Estima que o número de filiados no estado deva ter sido maior que os 439 apontados por Moraes, já que, contando os “núcleos” e “pontos de apoio” dados como existentes no estado, multiplicando-os pelo mínimo de membros necessários para sua constituição, segundo diretrizes da AO, chega a um número mínimo de 645 partidários. Apesar disso, sua avaliação geral é a seguinte: “Tendo em vista que o objetivo principal do partido nazista no exterior foi a congregação de todos os cidadãos alemães [...], seu insucesso [no Rio Grande do Sul] foi alarmante”. “Apesar da visibilidade ganha através das atividades públicas e da propaganda, o grau de inserção do partido nazista [...], traduzido em filiação efetiva junto ao movimento, foi baixíssimo entre os *Reichsdeutsche*”, isto é, os cidadãos alemães (p. 142-143).

Refere-se aos “departamentos” do partido, citando 40 mulheres, 151 membros da DAF, 276 da DBJ (p. 135-137). Como René Gertz e Ana Maria Dietrich, dedica espaço às possíveis relações de nazismo e integralismo, mas critica a autora anterior por sua interpretação de que este teria sido utilizado, de forma premeditada, para a “tropicalização” do nazismo no Brasil, destacando que, se é verdade que houve aproximações pontuais, os distanciamentos foram mais marcantes (p. 159-160). Inclusive, judeus e negros não teriam sido os inimigos mais combatidos: “No Rio Grande do Sul, as manifestações dos nazistas contra judeus e negros foram bastante

comedidas. Ações de coação e amedrontamento eram, por outro lado, direcionadas aos cidadãos alemães contrários a Hitler e ao nazismo" (p. 163). Num trecho em que são abordados atos de espionagem, após a proibição da atividade nazista, em 1938, mas, sobretudo, no contexto da guerra, não é estabelecida qualquer vinculação entre a ação anterior – legal – da AO e aquilo que aconteceu nesse segundo momento (p. 178-193).

A lista de trabalhos acadêmicos dos últimos 40 anos poderia ser complementada por autores que incluíram o Brasil em estudos envolvendo outros países da América Latina. Abstraindo de antecessores, caberia considerar Jürgen Müller (1997) e a dupla Olaf Gaudig e Peter Veit (2004). Mas o resultado não seria diferente daquele até aqui apresentado. Os últimos dois autores afirmam que a "população alemã no Brasil tinha vivências bem diferentes que em outros países (Argentina e Chile). A NSDAP aqui só conseguiu impor sua influência sobre a vida da população de origem alemã e dominar suas instituições de maneira formal-organizacional em sentido muito limitado" (p. 81).

Por tudo isso, a referenciação bibliográfica feita até esse ponto permite concluir que, mesmo tomando os números mais altos sugeridos por Ana Maria Dietrich, teríamos – arredondando para mais – algo como 15.000 "nazistas" no Brasil.⁶ Isso são 15% dos pressupostos 100.000 cidadãos alemães que viviam no país – esses números e esses percentuais não deixam dúvidas: os 85% que não se filiaram ao partido são bem mais que os 15% que aderiram.

Ainda que não referido ao longo do texto, outro aspecto que pode ser derivado dos números apresentados pelos autores tem a ver com a muito difundida avaliação de que o nazismo no país teria relação com a existência de "quistos étnicos". Na utilização dessa expressão, fica claro que ela refere-se a uma população completamente alienada, segregada, ignorante da língua e dos "costumes" nacionais brasileiros, a ponto de nem saber que vivia num país chamado Brasil – caracterização que remete, sobretudo, aos "colonos". isto é, à população rural.

⁶ Admitamos 5.000 filiados ao partido (número máximo citado – ainda que não endossado – por Moraes); 6.500 membros da DAF; 2.050 "mulheres nazistas"; 550 na DBJ; 100 na associação de professores – resultando numa soma de 14.200. Lembramos que aqui não se leva em conta o fato de que, evidentemente, havia sobreposições, no sentido de que um filiado à DAF podia ser, ao mesmo tempo, filiado ao partido.

Ana Maria Dietrich (2007, p. 167) escreveu que, nas comunidades agrícolas em que "se estabelecia uma célula do partido nazista era grande o grau de infiltração destas ideias [nazistas], dado o contexto de que se constituíam em unidades mais fechadas do que na vida na cidade". Em contradição flagrante com essa afirmação, a autora afirma, na página 227, ao referir-se ao sul do Brasil: "Com a chegada dos representantes do partido nazista local na década de 1930, a região, que por todas as características culturais de preservação do germanismo seria o melhor local para a difusão das ideias nazistas, foi palco de grandes conflitos".

Luís Edmundo de Souza Moraes (2005, p. 167) mostra que, na lista de 1937, da própria AO, com seus 2.903 nomes, há apenas 324 "agricultores/plantadores", enquanto haveria 752 artesãos, 515 comerciantes autônomos, 418 empregados do comércio. Com uma proporção ínfima no conjunto da sociedade – na comparação com os "colonos" – são citados 140 professores, 102 engenheiros, 51 médicos. Taís Campelo Lucas (2011, p. 151), por sua vez, apresenta uma lista da polícia gaúcha com 175 "partidários", dos quais apenas dois são classificados como "colonos" – em contraposição, há 29 comerciantes/industriais; 27 engenheiros, 12 pastores, oito professores, cinco médicos, quatro dentistas. Esse dado sobre a baixa representação dos "colonos" parece refletir-se na própria distribuição dos "partidários" pelos estados brasileiros: enquanto São Paulo e Rio de Janeiro – decididamente estados sem significativos contingentes de "colonos" – somavam 1.232, os dois estados mais tipicamente "colonos" (RS e SC) somaram apenas 967 filiados (DIETRICH, 2007, p. 319-320). Conclusão: o nazismo no Brasil teve muito pouco a ver com os famigerados "quistos étnicos", isto é, com "colonos".

Outra observação é que, apesar de que as simpatias de governos estaduais e de figuras de destaque do governo federal não sejam aprofundadas nos estudos citados, vários deles referem-se a essa realidade – fator que, sem dúvida, poderia ter sido importante para a difusão do partido no Brasil, já que potenciais aderentes se sentiriam incentivados por manifestações benevolentes desse tipo. Não há dúvida de que, em SC, o governo estadual, desde 1930, não via com bons olhos a população "alemã" como um todo, motivo pelo qual seria pouco provável a manifestação de simpatias à atividade nazista. No Rio Grande do Sul, porém, dava-se o inverso. E aqui cabe uma nota historiográfica em causa própria. No livrinho *O perigo alemão* (GERTZ,

1991, p. 54), afirmou-se que o governador Flores da Cunha em pessoa participou dos conhecidos festejos do 1º de maio de 1937, no campo do Renner, em Porto Alegre, que esteve acompanhado do comandante militar regional, representando Getúlio Vargas. Essa festa está registrada em muitas fotografias. O livrinho foi publicado numa série que dispensava a indicação de fontes, mas, por alguma razão não lembrada, em escrito mais recente (GERTZ, 2014, p. 7), “revogou-se” essa afirmação, informando que esteve presente *apenas* um representante do governador (bem como representantes de outras autoridades). Na revisão bibliográfica para esse texto, constatou-se, porém, que Ana Maria Dietrich (2007, p. 173) afirma que o governador fez-se presente e discursou – como fonte, é citada a revista *Der Auslanddeutsche*, Stuttgart, ano 20, referente a outubro de 1937. Em função da pandemia do coronavírus, não foi possível buscar novas fontes para esclarecer o episódio – de qualquer forma, a afirmação da revista reflete, no mínimo, a percepção subjetiva que se tinha sobre a benevolência do governador gaúcho para com o nazismo.

Antes de prosseguir, é necessário fazer referência – ainda que muito breve – à historiografia que aborda um tema conexo: as verdadeiras intenções nazistas para com o Brasil. Dawid Bartel antepôs, como epígrafe de seu texto aqui citado, a seguinte frase:

Nós vamos criar ali uma nova Alemanha. [...]. Ali haveria as pré-condições para uma revolução. Que, em poucos decênios, transformaria um Estado mestiço corrupto em um domínio alemão. Nós lhes daremos duas coisas: capital e espírito de iniciativa. Nós lhes daremos uma terceira coisa: nossa visão de mundo. Precisamos de dois movimentos, no exterior, um legal e outro revolucionário. [...]. Nós não faremos como Guilherme, o Conquistador, desembarcando tropas armadas no Brasil. As armas que nós temos não se enxerga.

Esse é um famoso trecho do livro de Hermann Rauschning chamado *Gespräche mit Hitler* [Diálogos com Hitler], mas que, em uma versão para o português, foi publicado como *Hitler me disse*. Rauschning foi, inicialmente, colaborador do nazismo, tendo sido “prefeito” de Danzig, mas, depois, afastou-se e

acabou publicando esse livro-denúncia, que teve enorme repercussão no mundo todo. Aqui no Brasil, chegou a ser oferecido em livrarias do Rio de Janeiro em, no mínimo, quatro versões (GERTZ, 2014, p. 8).

É a *única* fonte até hoje arrolada em que Hitler teria se referido a intenções imperialistas-anexionistas em relação ao sul do Brasil, via “quinta-colunismo” – em vez da conquista através de armas, a utilização da população “alemã” aqui estabelecida. Desde a década de 1970, historiadores alemães vinham levantando suspeitas sobre a confiabilidade dessa “fonte”. Na década de 1980, ela foi desmascarada como fraude.⁷

Segundo Bartel (1993, p. 34), não se sabe o que Hitler pensava sobre a América Latina, mas, no caso do Brasil, não há dúvida de que seguia antes a linha legalista do Ministério das Relações Exteriores que a ilegal do partido. “Pois não só as matérias-primas do Brasil eram cada vez mais importantes; também um clima político positivo se apresentava como mais importante que nunca; Hitler deveria preocupar-se, sobretudo, em manter a neutralidade dos países da América Latina. O continente americano deveria ser mantido fora de ‘sua’ guerra, concebida como guerra prioritariamente europeia”.

Dawid Bartel (1993, p. 4-6) e Luís Edmundo de Souza Moraes (2005, p. 12-17) apresentam um resumo compacto da bibliografia sobre interesses imperialistas-anexionistas da Alemanha em relação ao Brasil, mostrando que, durante a guerra e nos anos posteriores, essa visão foi amplamente propagada – até em trabalhos acadêmicos, sobretudo, na República Democrática Alemã –, mas que, gradativamente, foi sendo abandonada e, na atualidade, não é mais sustentada por nenhum historiador que possa ser levado a sério. Motivo pelo qual não se dedicará maior espaço a esse assunto.

Em publicação recente, Luís Edmundo de Souza Moraes e Igor Gak (2015, p. 231) foram claros: “De toda a massa documental de acervos diversos investigados, nos últimos 70 anos, nem um único documento existe que possa servir de indício de que um plano assim tivesse sido sequer elaborado, quanto mais [que tenha] pautado ações de agências de Estado ou de grupos partidários”. Referem-se a afirmações de

⁷A esse respeito, confira entrevista de Luís Edmundo de Souza Moraes: <https://www.cafehistoria.com.br/o-partido-nazista-no-brasil/> (acessado em 28/1/2022).

que “o partido nazista funcionava aqui como uma quinta coluna com [o] propósito [de] facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista”.

Acrescente-se, aqui, uma curiosidade que, talvez, explique a manifestação de Rauschning. Após a Primeira Guerra Mundial, aportou no Brasil um jurista alemão chamado Martin Fischer (GERTZ, 2002, p. 39-50). Durante a década de 1920, trabalhou no jornal *Deutsche Post*, da família Rotermund, em São Leopoldo. Nos anos 1930 – mesmo não tendo feito oposição inicial ao nazismo –, acabou entrando em atrito com “partidários” daqui. Faleceu em 1979, em Ijuí, onde foi responsável pela organização do Museu Antropológico Doutor Pestana, da UNIJUÍ. Durante manejo de seu acervo pessoal, constatou-se que era primo de Hermann Rauschning, com quem mantinha correspondência. É plausível que este, eventualmente, tenha se lembrado de registrar uma passagem sobre intenções macabras dos nazistas no Brasil para desagrar seu parente.

Naturalmente, o quadro traçado apresenta um problema que não poderá ser solucionado. A maioria dos autores restringiu-se a abordar o nazismo. Apenas três deles fizeram referência ao integralismo, que, sem dúvida, teve presença significativa nas “colônias alemãs” (e “italianas”), no sul do Brasil, em especial, em Santa Catarina. René Gertz (1987, p. 172-202) apresenta explicação plausível sobre sua difusão em Santa Catarina, mostrando que havia uma tendência de crítica aos “teuto-brasileiros” que ali aderiram à AIB, por parte de instâncias nazistas na Alemanha, mas que houve casos de “partidários” locais que se envolveram na política local – ao contrário daquilo que determinava o vade-mécum da AO. O integralismo nessas regiões, porém, não seria prova da existência de “quistos étnicos” completamente alienados da realidade brasileira, mas, pelo contrário, prova do envolvimento com a realidade do país. Taís Campelo Lucas (2011, p. 160-161) minimizou as relações entre os dois movimentos, destacando que, na prática, havia maior número de casos de distanciamento que de aproximação. Em sentido oposto, Ana Maria Dietrich (2007, p. 206-217) destaca a colaboração, apresentando o envolvimento com a AIB como política premeditada daquilo que denomina “tropicalização” do nazismo.

Essa discussão não é fútil, pois a opinião pública brasileira (e internacional) que, em última análise, está no centro das conjecturações deste texto, pode não ter

feito distinção entre “nazistas” e “integralistas” – afinal, ambos eram “fascistas” –, de forma que o “perigo nazista” pode ter parecido bem maior que os escassos “partidários” que circulavam por aqui. Essas considerações adquirem peso, tendo em vista indícios neste sentido, quando, no livro-denúncia *O punhal nazista no coração do Brasil*, da polícia catarinense (DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL ..., 1944, p. 119-183), há um capítulo dedicado ao “integralismo nazifascista em Santa Catarina”. Interessante é que esse capítulo ocupa 46% do total do texto propriamente dito do livro, enquanto o primeiro faz um relato sobre a estrutura do partido nazista no país e no estado, sobre seu funcionamento interno e seu envolvimento nas instituições específicas das comunidades de origem alemã, o segundo apresenta um apanhado do processo de colonização com alemães e descendentes. A rigor, nenhum desses dois capítulos revela fatos que pudessem ser, clara e objetivamente, classificados como grandes atentados ao Brasil. Estes estão mais presentes no terceiro e último capítulo, dedicado ao integralismo.

Inversamente, deve-se destacar que esta parece ser uma situação específica de Santa Catarina, já que, nos dois conhecidos volumes da polícia do Rio Grande do Sul (PY, 1942; [1942]), *A quinta coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul* e *O nazismo no Rio Grande do Sul – 2º relatório*, o integralismo é citado de forma marginal.

Em 1943, a União Nacional dos Estudantes publicou panfleto intitulado *Quinta coluna e integralismo*, onde se lê que “o centro e o núcleo da quinta-coluna em nosso país sempre foi e ainda é a Ação Integralista Brasileira”; “quer como movimento de ideias quer como organização político-partidária, foram os integralistas a vanguarda do fascismo internacional incrustada em nosso organismo de nação”. A seguir, o texto faz ressalvas a manifestações de policiais gaúchos de que só haveria quinta-colunismo entre alemães, italianos e japoneses (p. 9).⁸ Depois, lê-se que “em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, após ligeiras ‘divergências teóricas’, o Partido Nacional Socialista troca a camisa parda pela verde” (p. 18). Interessantemente, em Porto Alegre, a colaboração entre integralismo e nazismo seria chefiada pelo negro Dario de Bittencourt (p. 23).

⁸ O texto não está paginado, mas as referências encontram-se, efetivamente, nas páginas indicadas.

Em tese de doutorado recente, Leandro Mayer (2021) mostra que a quase totalidade dos “alemães” denunciados ao Tribunal de Segurança Nacional, durante a guerra, no oeste de Santa Catarina, tinha sido integralista e que, nas acusações, aparece, de forma recorrente, o argumento de que a AIB constituía “biombo da espionagem nazifascista” (p. 198). Não há como avaliar a importância do integralismo na configuração da opinião pública brasileira em relação à “quinta-coluna” no país. Cabe apenas destacar que Ana Maria Dietrich (2007) – apesar de defensora exatamente dessa tese – acentua que instâncias nazistas na Alemanha desaprovavam a adesão de “alemães” ao integralismo (p. 163, 206, 210, 212), além disso, não se encontraram fontes de eventual apoio formal ou ajuda financeira da Alemanha da época para com o integralismo. Esse fato sugere que a iniciativa para o conluio entre AIB e NSDAP em Santa Catarina não partiu de instâncias nazistas fora do Brasil, mas muito mais de integralistas, sejam de descendência alemã ou não, e de membros da seção brasileira do partido nazista.

*

Como se sabe, após a Segunda Guerra Mundial, nazistas fugiram da Alemanha para a América Latina, com destaque para a Argentina. Alguns deles deslocaram-se para o Brasil, cabendo lembrar nomes como Franz Stangl, Gustav Wagner, Herbert Çucurs, Joseph Mengele. A presença deles deu origem a um imaginário fértil, com elocubrações de que os “velhos” nazistas aqui estabelecidos, desde antes da guerra, deram abrigo, naquele momento, a milhares de companheiros em fuga, instalando-se um caldo de nazificação generalizada, no sul do Brasil. Como esse tema foi estudado, de forma competente, por Marcos Eduardo Meinerz (2013; 2018), que descreveu não só o imaginário, mas também efeitos práticos, isto é, ações de caça a nazistas, por exemplo, esse aspecto não será retomado. Apenas cabe reforçar a persistência desse imaginário frente a evidências em contrário, em alguns casos. Para exemplificar, desde, no mínimo, a década de 1970, há especulações sobre presença maciça de nazistas em Ibirubá, Rio Grande do Sul. Mais recentemente, chegaram a ser divulgados “túneis nazistas” como atração turística, na cidade. E nesse contexto, afirmou-se que Martin Bormann esteve no município, onde teria feito cirurgia plástica. Em sentido contrário, a Alemanha Ocidental declarou, oficialmente,

em 1973, que sua morte, em 1945, foi comprovada por evidências físicas, fato referendado, mais recentemente, por exames de DNA.

Na falta de espaço para ampliar o leque de casos, serão relatados, naquilo que segue, apenas três rápidos episódios que ilustram a sobrevivência de desconfianças profundas contra as populações das "colônias alemãs", porque o nazismo continuaria muito vivo, por aqui.

A primeira historinha a ser contada poderia intitular-se "como um evento cultural acabou em nazismo". Em junho de 1977, aconteceu uma feira do livro no Colégio Evangélico Augusto Pestana (CEAP) de Ijuí. Na abertura solene, estiveram presentes e usaram da palavra o prefeito Wilson Mânica, a secretária de educação Hilda Durigon, o promotor Tupinambá de Azevedo e o escritor Deonísio da Silva, palestrante propriamente dito. O *Correio Serrano*, importante jornal local, anunciou, em primeira página, no dia 11/7/1977, que Deonísio da Silva falou sobre o tema censura, tendo denunciado que ela "fará fogueira de três obras que tratam da nossa realidade". No dia 14 de junho, o mesmo jornal publicou matéria relativamente extensa mancheteando que "diretor do CEAP diz que não houve boicote contra Deonísio da Silva". É que, ao final da feira, se constatara que não havia sido vendido um único exemplar do livro *Exposição de motivos*, do escritor, quando haviam sido encaminhados exemplares por uma livraria. Esse fato motivou a suspeita de boicote.

Pouco mais de um ano depois, em julho de 1978, o diretor do CEAP, Richard Steinke, faleceu. Na mesma época, começaram a aparecer suásticas desenhadas pela cidade, e o falecido teria sido apontado como um dos líderes de núcleos nazistas que existiriam em Ijuí. Em desagravo ao morto, o *Correio Serrano* de 5/8/1978 publicou manifestação sob o título "Um professor, uma escola ... uma calúnia", mas sem referir nomes. Matéria de *Zero Hora*, de Porto Alegre, do dia 9/8/1978, repercutiu o clima criado em Ijuí, afirmando que calúnias contra o diretor teriam sido proferidas pelo jornalista local Emílio Penent e pelo escritor Deonísio da Silva, o qual, em represália, teria sido ameaçado de ser declarado *persona non grata* no município. Texto de *Zero Hora* do dia 10/8/1978 trouxe defesa do jornalista e do escritor, negando terem difamado a memória do diretor, mas reafirmando a existência de núcleos nazistas no município. No mesmo dia, o *Jornal da Manhã*, de Ijuí, publicou abaixo-assinado de, no mínimo, 14 professores do CEAP "em defesa do professor".

Em 16/8/1978, o *Correio do Povo* repercutiu declaração do deputado Rubi Diehl em defesa do diretor e do colégio, apontando para possíveis "interesses escusos" envolvidos no episódio. Finalmente, notícia de *Zero Hora* de 23/8/1978 deu conta de que, por iniciativa de vereadores da ARENA, foi aprovada, na Câmara de Vereadores de Ijuí, por 9 votos a 8, moção de repúdio às declarações contra o professor Steinke. Informou ainda que a planejada iniciativa de declarar Deonísio da Silva *persona non grata* foi abandonada. Ele teria sido alvo de manifestações de solidariedade, entre outros, de Josué Guimarães, Guilhermino César, Mário Quintana, Décio Freitas, Luiz Fernando Veríssimo, Rubens Fonseca, Inácio Loyola.

Este é o episódio. Quanto às pichações de suásticas, deve-se destacar que elas não se restringiram a Ijuí nem foram temporalmente limitadas – apareceram, durante dias, num território amplo que vai de Ijuí a Santa Rosa (100 km) e produziram, no mínimo, duas publicações a respeito, fora do estado. No dia 5 de agosto de 1978, a então conhecida revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, apresentou matéria de duas páginas (122-123) sob o título "Propaganda nazista avança no Rio Grande do Sul e as lojas começam a vender cruz gamada". Ali, lê-se que o famoso caçador de nazistas Simon Wiesenthal considerava que "os estados sulinos [do Brasil] são o maior esconderijo de criminosos de guerra do III *Reich* em todo mundo". O antropólogo Eliezer Pacheco apontou como causa da "identificação maior dos colonos alemães com sua antiga pátria" – explicação para a suposta ou efetiva existência do nazismo manifesto nas pichações – o fato de que "não houve miscigenação". Enquanto o prefeito de Santo Ângelo afirmou que "tudo não passa de uma brincadeira", *Manchete* terminou a matéria com sua própria explicação: "cinquenta por cento da população de Santo Ângelo [...] descende de alemães".

Dois anos depois desses acontecimentos, foi publicado um livro sobre *Os senhores da direita* (LIMA, 1980). Num capítulo chamado "Uma saudade muito louca" (p. 103-132), o autor informa que, no mesmo ano de 1978, realizou-se em Iraí (norte do RS) uma reunião do Movimento de Reorganização Nazista. Ao referir-se à pichação de suásticas em Santa Rosa, cuja população seria majoritariamente de descendência alemã, ressalva que "não seria correto suspeitar do patriotismo da boa gente da terra". Essa observação absolutória, porém, fica neutralizada, logo a seguir,

quando se lê: “a provocação não era privilégio do município. Em sete outras cidades da zona de colonização germânica, com menor ou maior intensidade, foi o mesmo escarcéu de nazismo”.

Sem dúvida, naquilo que tange ao Rio Grande do Sul, esse foi o mais rumoroso “episódio nazista” de toda a segunda metade do século XX, envolvendo coletividades. Independente daquilo que tenha acontecido, e independente da “verdade” daquilo que foi narrado, um professor da UNIJUÍ estava conversando, muitos anos depois, com um grupo de pessoas, quando lembrou a “onda nazista” de 1978, com a pichação maciça de suásticas. Um dos presentes informou que a maioria delas, no lugar em que se encontravam, fora desenhada por ele, então com quinze anos. Explicou que a pichação, em toda a região, fora decidida e executada pela “juventude comunista-brasileira-revolucionária”, isto é, por jovens do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

O segundo episódio que reflete a forma pela qual a “colônia alemã” costuma ser vinculada ao nazismo aconteceu em junho de 2018. Nos dias 6 a 9 daquele mês, o *Jornal da Band* transmitiu uma série de quatro reportagens sobre supostas ou efetivas presença e ação nazistas em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Segundo a reportagem, um grupo que contaria com o apoio de uma professora-jurista da Universidade de São Paulo estaria encaminhando uma ação para exigir indenização da Alemanha por “danos ambientais de guerra”.

Trata-se do seguinte: no começo do século XX, foi construída uma estrada de ferro que atravessava um braço de mar, no município, por uma ponte. Em janeiro de 1931, pilares dessa ponte registraram instabilidade. A solução encontrada não foi a reforma dos pilares e da ponte ou a construção de uma nova, mas o aterro do braço de mar, para que a estrada passasse sobre “terra firme”. Essa solução foi adotada em março de 1933. Uma das questões em discussão na reportagem refere-se a danos ambientais que esse aterramento teria causado, no longo prazo. E a justificativa para o pedido de indenização à Alemanha é a de que foram nazistas que construíram essa estrada, para transportar armas – ainda que não fique claro de onde para onde, nem com que finalidade ou por quem.

Além da estrada, nazistas são acusados, na reportagem, de terem construído, na Ilha da Rita, uma base naval, que, entre várias outras finalidades, teria a função de

abastecer submarinos alemães. São mostradas fotos de Getúlio Vargas inspecionando a construção, depois inaugurando a base. Como a reportagem afirma, de forma categórica, que ela foi construída por nazistas, Vargas – de forma implícita – é classificado como marionete do nazismo. A opinião do repórter, porém, enfrenta um pequeno problema. A dissertação de mestrado de Roberta Nabuco de Oliveira (2013, p. 7), sobre a base, aponta em outra direção:

O cruzamento dessas informações possibilitou apontar elementos que atestam que as preocupações relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil culminaram em ações das Forças Armadas [brasileiras] para com a região Nordeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, sendo a idealização e concretização da Base Naval da Ilha da Rita parte da emergência dessa preocupação com os núcleos germânicos no sul do país.

Mais uma vez, não cabe aqui decidir sobre “verdade” ou não da reportagem – ainda que os fatos narrados indiquem, claramente, em uma direção. No nosso contexto, interessa, sobretudo, uma passagem em que a câmera foca um prédio e o repórter diz: “Uma das sedes mais importantes do partido [nazista] ficava aqui, justamente na cidade de São Francisco do Sul, nesta casa, que continua de pé”. Nesse momento, a imagem gira para o entorno do prédio, uma área abandonada, cinzenta, disforme – e a voz continua: “A má fama do endereço assombra a rua, até hoje. Os terrenos vizinhos nunca foram ocupados”.⁹ Essa cena sugere, claramente, que o nazismo em São Francisco do Sul não só afetou pessoas e suas mentes, para toda eternidade, criando uma indelével “cultura nazista”, mas contaminou o próprio solo, a natureza inanimada.

Finalmente, um terceiro exemplo, um fato que pode ser apresentado como auge e “fechamento” do ciclo de episódios nazistas (reais ou fictícios), ao longo da segunda metade do século XX. Sem dúvida, é o caso mais efetivamente nazista. Trata-se da atuação da Editora Revisão, em Porto Alegre – grosso modo, entre 1985 e 2000. Fundada e mantida pelo gaúcho Siegfried Ellwanger Castan, especializou-se

⁹ <https://bandnewstv.band.uol.com.br/videos/serie-marcas-do-nazismo-uma-base-nazista-construida-em-solo-brasileiro-16455709> (acessado em 23/2/2022).

em produzir, traduzir e divulgar material revisionista e negacionista sobre o nazismo e a Segunda Guerra Mundial – motivo pelo qual não há como negar a inspiração nazista. Talvez em função de sua atuação prolongada e sua visibilidade, foi alvo de manifestações oposicionistas, mas também de vários estudos acadêmicos. Neste sentido, uma auto-apresentação está em *A história do livro mais perseguido do Brasil* (1991); referências à luta contra ela estão em Jair Krischke (2000). Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2006) fez um estudo de sua trajetória, ao longo do tempo; Paula Casari Cundari (2006) utilizou o caso para avaliar limites da liberdade de expressão; como exemplo de uma visão conspiratória da História, ela aparece em Douglas Antônio Rocha Pinheiro (2013); o impacto do episódio sobre o Direito brasileiro foi analisado por João Luís Mousinho dos Santos Monteiro Violante (2010).

Esses são apenas alguns exemplos de bibliografia sobre o tema. Pela quantidade e densidade das publicações, não é possível tentar um resumo. Por esse motivo, aqui só se remeterá a um trabalho acadêmico no qual transparece uma visão mais ampla sobre a importância atribuída ao contexto em que a editora – supostamente ou de fato – surgiu e desenvolveu-se, a “colônia alemã” local. Nenhum dos estudos citados apresenta dados sobre a origem do dinheiro que sustentou a editora, nenhum deles apresenta quaisquer informações sobre o público “consumidor” (por região, faixa etária, religião, etnia, gênero). Mas o estudo a ser citado apresenta uma interpretação “lógica” para sua existência. Como se trata de um trabalho acadêmico, pode-se partir do pressuposto de que na opinião pública vigorasse uma visão, uma “lógica”, que atribuía à “colônia alemã” papel ainda mais relevante.

É importante salientar que o proprietário da editora, Siegfried Ellwanger Castan, é um descendente de alemães, sendo, portanto, necessário incluir a presença de colônias alemãs no sul do Brasil. Este dado traz uma questão crucial: o cultivo do germanismo, ou seja, da cultura alemã, no sul do país. Parto da hipótese de que o germanismo é um componente essencial para explicar tanto a emergência de um fenômeno como a Editora Revisão – sua presença pode ser percebida pela pretensa defesa que Castan faz do “povo alemão” – quanto as alterações a ele aportadas por Castan (CRUZ, 1997, p. 3).

Está claro que essa “lógica” não constitui nenhuma novidade. Não pode haver qualquer dúvida de que a massa dos cientistas sociais e historiadores brasileiros a subscreveria. Assim como formulada, parece óbvia – no entanto, numa análise mais rigorosa, não prova nada nem é refutável, no sentido de Karl Popper.

Neonazismo

Mesmo que em situações transcorridas na segunda metade do século XX envolvendo manifestações ou atos ligados ao nazismo tenha sido utilizada a palavra “neonazismo”, convencionou-se, aqui, falar de “nazismo”, pelo simples fato de tratar-se de ecos mais diretos daquilo que aconteceu nos anos 1930/1940. Ellwanger, por exemplo, nasceu em 1928, de forma que, em 1945, tinha 17 anos, podendo ter agido em função de lembranças da guerra, de eventos negativos com sua família. Independente daquilo que tenha efetivamente pensado e feito, o diretor do CEAT, em Ijuí, tinha estudado no Instituto Pré-Teológico, em São Leopoldo de 1939 a 1942, tendo assumido como “pastor” a comunidade luterana de Horizontina em 1944, quando deveria ter pouco mais de 20 anos. O caso de São Francisco do Sul tem tudo a ver com o entorno da Segunda Guerra Mundial. Em contraposição, manifestações e atos acontecidos do final do século XX para cá envolvem, tendencialmente, uma geração mais nova, que não teve contato com o “original” – um dos motivos para falar de “neos”. Infelizmente – assim como aconteceu na seção anterior –, não será possível fazer outra coisa que uma referência muito breve a três episódios que ilustram ou exemplificam a opinião amplamente difundida sobre a “colônia alemã” frente a supostas ou efetivas situações neonazistas.

O primeiro caso: no contexto de manifestações e atos neonazistas acontecidos pelo país afora, desde a última década do século XX, a região metropolitana de Porto Alegre registrou, no mínimo, desde 2003, a presença de uma banda chamada *Zurzir*, que executava músicas enaltecendo Hitler. Em 2005, pessoas ligadas a esse grupo participaram de um ataque, na Cidade Baixa, Porto Alegre, contra três rapazes tidos como judeus, por usarem quipá. Um dos atacados quase foi morto. Nos anos seguintes, aconteceram outros atos de violência, praticados pelo

mesmo grupo e por eventuais grupos vinculados ou paralelos. Quase todos os casos ocorreram na região metropolitana de Porto Alegre, à exceção de alguns – já nos anos de 2008/2009 – verificados em Caxias do Sul (casualmente, os dois maiores aglomerados urbanos do estado).

Em 20 de abril de 2009, dia em que Hitler faria 120 anos, aconteceu, nos arredores de Curitiba, uma reunião de neonazistas vindos de diversos estados brasileiros. Divergências internas levaram ao assassinato de um casal vindo de Minas Gerais. Poucas semanas depois, um paranaense que trabalhava em Teutônia, RS, Jairo Maciel Fischer, foi preso, acusado do assassinato. Com essa prisão, o noticiário sobre o neonazismo, pela primeira vez, atingiu uma "colônia alemã" típica. Reações "óbvias" diante do fato, na opinião pública, podiam ser vistas nos comentários deixados nos órgãos de comunicação que noticiaram o acontecido. Na edição on-line de *Zero Hora* do dia 19 de maio, havia, por exemplo, observações como: "O problema é que o povo de lá pensa que é alemão; nasceram no Brasil e se dizem alemães"; "pensam que são alemães, não passam de caboclos, assim como nós, bando de babacas"; "nasceram no Brasil, falam português (o alemão que falam não existe, é apenas uma piada), e acham que são alemães; acordem para a realidade!"; "acham que o negro é menos que branco, falam alemão na tua cara, e riem, e outras atitudes discriminatórias; não adianta estudo, precisam aprender a aceitar as diferenças, o que eles mais têm (falam português errado)"; "talvez crianças que cresçam numa sociedade assim acabem por se tornarem esses idiotas neonazistas".

Alguns dias depois, a deputada federal gaúcha Maria do Rosário Nunes criou uma Comissão Externa na Câmara de Deputados "para acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desbaratada no estado do Rio Grande do Sul". Esta comissão realizou sua primeira reunião pública em Porto Alegre, no dia 13 de julho de 2009. Na transcrição das falas dos diferentes "convidados", há gente que, toda vez em que aparece um (dos raros) sobrenomes alemães envolvidos em supostas ou efetivas atividades neonazistas, o soletra, como a querer indicar aos ouvintes que não tivessem dúvida de qual a sua "origem". Um dos convidados verbalizou o clima contra "alemães" e "italianos" que vigorou na reunião: "O Rio Grande do Sul tem esse histórico de colonização italiana, alemã, mas eu fiz uma

pesquisa nesse material que a deputada tem. [...] Só de analisar os sobrenomes de todos os indiciados dá para ver que não tem nenhuma raça pura".¹⁰ Resultado sintomático do enfoque dado por esta comissão ao tema neonazismo foi o fato de não ter produzido relatório – em consulta ao presidente da Câmara, em 2016, este informou, por escrito, que a comissão não apresentou relatório.¹¹

O segundo caso: pouco mais de um ano depois desse episódio, em agosto de 2010, placas de trânsito e paradas de ônibus, numa estrada que atravessa o mesmo município de Teutônia, apareceram pichadas com suásticas e frases racistas. O delegado de polícia local, Mauro José Barcellos Mallmann, e o delegado porto-alegrense, Paulo César Jardim, festejado como maior conhecedor do neonazismo no Brasil, em âmbito policial, classificaram o fato, respectivamente, como "molecagem" e "invenção" – Jardim, inclusive, alertando para os perigos de uma "invenção" desse tipo.

Apesar disso, o procurador da República da área do Vale do Rio Taquari, com sede em Lajeado, por estar convicto de que populações "originárias de colonização germânica apresentam uma tendência" ao neonazismo (fl. 13)¹², desencadeou uma campanha de desnazificação – mesmo que não tenha dado esse nome à coisa –, entre todos os 350.000 habitantes do "Vale" (não só os de Teutônia!). Para nosso propósito, mais importante que detalhar manifestações do procurador, é lançar um olhar sobre um parecer – solicitado por ele em 21/9/2010 e datado de 31/1/2011 – elaborado por uma técnica-pericial em Antropologia do próprio MPF-RS, doutora na área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudos relatam que o pensamento nazista estendeu-se para além das fronteiras nacionais da Alemanha do século XX, constatando-se evidência do mesmo aqui no Brasil – mais especificamente na região sul – que tem destacado histórico de imigração europeia nos três estados. [A seguir, a antropóloga remete ao livro de Aurélio Py (1942), que traria] documentos, fotos, cartas, entre outros materiais,

¹⁰ <https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/Banz.pdf> (acessado em 3/2/2022).

¹¹ <https://www.renegertz.com/arquivos/Grana.pdf> (acessado em 3/2/2022).

¹² A fonte para o relato desse caso é o Procedimento Administrativo nº 1.29.014.00016/2010-94, aberto pelo então procurador da República em Lajeado. O original deve estar arquivado no Ministério Público Federal. O autor deste texto possui cópia. A indicação da(s) folha(s) [fl.] refere-se a este documento.

que ilustram a força desse movimento na região. [Sem afirmar, expressamente, que isto tenha algo a ver com o neonazismo atual, a técnica-pericial recomenda]: além das medidas de repressão das referidas ações detectadas isoladamente ..., é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a *não focar unicamente na dimensão individual dos comportamentos desviantes, e que fragilizaram o conjunto da sociedade* (fl. 115 e 117-118).

Para a doutora-antropóloga, não havia dúvida, se Aurélio da Silva Py, nos anos 1940, sugeriu que todos os "alemães" do Rio Grande do Sul eram nazistas, a pichação de suásticas em Teutônia, 65 anos depois da guerra, constitui prova de que todos os teutonienses, netos e bisnetos daqueles de 1942, são neonazistas – potenciais ou efetivos. O procurador da República tirou as consequências, e resolveu desnazificar não só Teutônia, mas, sim, a população de toda a região que abrange sua área de atuação, 36 municípios, com cerca de 350.000 indivíduos.

O terceiro caso: em 2007, Adriana Abreu Magalhães Dias defendeu dissertação de mestrado em Antropologia sobre o neonazismo no Brasil. Em duas passagens (p. 35 e 106), encontram-se afirmações praticamente idênticas informando que "as estatísticas dos movimentos antirracistas apontam para o fato de que pelo menos *noventa mil pessoas* estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas, *cerca de metade disto apenas no Estado de Santa Catarina*" (p. 35). Nas páginas 106 e 107, a autora apresenta explicações para o suposto ou efetivo alto índice de neonazistas em SC. Citemos uma:

após 1829, quando aconteceu a chegada do primeiro grupo de imigrantes de origem alemã em Santa Catarina, surgiram muitas iniciativas, particulares, de empreendimentos escolares, hospitalares e recreativos na região. Demarcados pelo uso da língua alemã, esses empreendimentos teriam fortalecido laços culturais e sociais, elemento que também baliza a imprensa local (p. 107).

A partir desse trabalho, a autora ficou conhecida, na imprensa, como maior conhecedora de neonazismo no Brasil. Mais recentemente, já como doutora na mesma área (DIAS, 2018), fez reiteradas declarações alertando para suposto ou

efetivo crescimento vertiginoso do neonazismo no país. Em declaração feita em novembro de 2019, ao IHU/UNISINOS – onde se lê que “a antropóloga Adriana Dias se tornou a *maior especialista em movimentos neonazistas no Brasil*” –, afirmou que os neonazistas “que praticam em células mesmo são de 4 mil a 5 mil pessoas”. Ainda que tivesse acrescentado que “em torno delas há muita gente para ajudar”, esse número fica numa distância astronômica em relação aos 90.000 declarados no longínquo ano de 2007, sobretudo, quando se leva em conta que o título da matéria no órgão de divulgação do Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos afirma que “é preciso soar alarme sobre a *expansão* do neonazismo no Brasil”, já que ela considerou que o crescimento foi *constante*, desde o tempo em que começou seus estudos, e a curva ascensional se teria tornado quase vertical na “era Bolsonaro”. Lembre-se que, entre 2007 (ano da conclusão da dissertação) e 2019, transcorreu um espaço temporal de 12 anos.¹³

Mesmo que localize 99 células em São Paulo, contra 69 em Santa Catarina, este estado continua sendo, de longe, a mais frequente referência de Adriana Dias, quando se refere a neonazismo no Brasil. A explicação para essa suposta ou efetiva presença maciça no estado sulino pode variar um pouco, mas acaba sempre desembocando numa mesma direção. Vejamos:

Enquanto a Alemanha depois da guerra fez todo um processo de “desnazificação”, ninguém nunca “desnazificou” Santa Catarina. [...]. É primordial que o Estado estivesse à frente de um processo de “desnazificação”, de investimento na história. E, ao contrário, os [sic] professores de Blumenau são hitleristas, negacionistas do Holocausto.¹⁴

O mais importante não é o fato de ter uma ascendência alemã forte. Para mim, o mais importante é o fato de Santa Catarina ter permanecido um estado branco, expulsando ou tornando incômoda a presença do sujeito não branco no estado. Para além da comunidade alemã, é uma cultura muito clara de que “nós somos brancos”. Claro que houveram [sic] outras influências, como o movimento

¹³ <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594557-e-preciso-soar-alarme-sobre-a-expansao-do-neonazismo-no-brasil-entrevista-com-a-antropologa-adriana-dias> (acessado em 3/2/2022).

¹⁴ <https://revistaforum.com.br/brasil/estado-de-santa-catarina-agora-e-governado-por-filha-de-admirador-de-hitler/> (acessado em 4/2/2022).

nazista em Blumenau, o fato de grandes professores de História serem revisionistas históricos e hitleristas. Eles formaram muita gente no estado. [...]. Não vai haver nenhuma forma de Santa Catarina resolver essa questão sem o Estado enegrecer.¹⁵

Santa Catarina é bastante rural, com muitas cidades pequenas, que têm tendência de serem homogêneas, com uma só etnia. O "outro" é visto como elemento que contamina a sociedade. Nesses lugares, sempre proliferaram o racismo e a eugenia.¹⁶

Essas citações merecem algumas poucas observações. A referência aos professores de Blumenau – onde todos devem ser considerados hitleristas e negacionistas, já que a autora usa o artigo definido ("os") – constitui uma incógnita, pois nem o pai da vice-governadora (referido na matéria) nem o famigerado "professor com suástica na piscina" são, ou foram, professores no município. A expressão "movimento nazista em Blumenau" também é estranha, pois núcleos do partido nazista existiram em muitos outros lugares de Santa Catarina, e em 16 (!) outros estados brasileiros. A referência às áreas rurais é uma evidente sobrevivência da ideia de "quistos étnicos", amplamente propalada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Mas, da mesma forma que o nazismo no Brasil, nos anos 1930/40, teve muito pouco a ver com camponeses, também os neonazistas atuais têm muito pouco a ver com "colonos".

Mas considerando que o próprio IHU/UNISINOS atestou a Adriana Dias a condição de "*maior* especialista em movimentos neonazistas no Brasil" e que vários órgãos de imprensa a tem apresentado como "*da UNICAMP*" – expressão que *sugere* que seja professora ou pesquisadora dessa instituição, qualificativo que, inclusive, aparece explícito¹⁷ –, é compreensível que a antropóloga tenha conquistado,

¹⁵ <https://www.vozdaresistencia.com.br/2021/06/18/adriana-dias-o-que-ha-de-semelhantes-grupos-e-que-eles-odeiam/> (acessado em 4/2/2022).

¹⁶ <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/10/29/caso-do-pai-da-governadora-e-so-a-face-mais-visivel-do-nazismo-em-sc/> (acessado em 4/2/2022).

¹⁷ <https://cartacampinas.com.br/2021/07/pesquisadora-de-campinas-descobre-prova-que-mostra-relacao-de-bolsonaro-com-nazistas/> (acessado em 4/2/2022). A matéria deste site começa com as seguintes palavras: "a pesquisadora e antropóloga Adriana Dias, *professora da Unicamp*, encontrou prova da relação existente entre o atual presidente Jair Bolsonaro com nazistas brasileiros há décadas". A data de publicação é 28/7/2021. <https://br.noticias.yahoo.com/crescimento-neonazismo-brasil-entrevista-adriana-dias-unicamp-115802446.html> (acessado em 3/2/2022).

praticamente, o monopólio absoluto sobre a difusão de notícias referentes a neonazismo, no país – sobretudo, quando se trata de notícias comentadas ou “interpretativas”.

A estranha dança ou variação dos números sobre neonazistas, bem como muitas das afirmações qualitativas da antropóloga, no entanto, recomendam cautela a pessoas que se consideram responsáveis pelos destinos do Brasil. Após consolidar sua posição nos meios de comunicação, Adriana Dias parece investir, agora, sobre o aparelho judiciário. Em matéria publicada em 18/6/2021, na qual, mais uma vez, referiu-se ao povo de Santa Catarina, afirmou que “foi criado um grupo no Ministério Público [SC], *que eu estou auxiliando*”.¹⁸

Neste sentido, cabe referir uma última situação, que até pode ser invocada como justificativa para este texto, para o enfoque aqui adotado. A juíza da 7ª vara federal de Florianópolis, Cláudia Maria Dadico, fez referência, recentemente, em público, aos “achados de pesquisa da professora Adriana Dias”, considerada, por ela, a “*maior autoridade brasileira em pesquisas de movimentos nazistas e neonazistas no Brasil*”. A seguir, apresentou dados numéricos sobre neonazismo em Santa Catarina – mesmo não indicando fonte, não há dúvida de que foram buscados em publicações da antropóloga –, para concluir que “o estado de Santa Catarina se notabiliza por essa movimentação muito grande” de neonazistas.¹⁹

A manifestação da magistrada não foi feita *ex cathedra*, mas em público – está na internet. Não sou jurista, e do ponto de vista jurídico-formal pode não haver qualquer problema nessa situação. Mas o “bom senso comum” tem direito de imaginar a seguinte situação: o MPF ajuíza uma ação contra professores de Blumenau, por terem sido declarados hitleristas e negacionistas do Holocausto, por Adriana Dias (suas afirmações públicas são claras: “os [!] professores de Blumenau são hitleristas, negacionistas do Holocausto”) – provavelmente, escolas em que eles trabalham seriam incluídas na ação. A pergunta que se coloca é se a juíza teria condições de decidir contra a demanda, pois, se – segundo sua própria afirmação –

Nessa matéria, trata-se de “números, obtidos pela antropóloga e professora da Unicamp Adriana Dias”. A matéria é datada de 18/1/2022.

¹⁸ <https://www.vozdaresistencia.com.br/2021/06/18/adriana-dias-o-que-ha-de-semelhantes-grupos-e-que-eles-odeiam/> (acessado em 18/2/2022).

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=yvITIP8MnuM> (acessado em 4/2/2002).

Adriana Dias é a “maior autoridade brasileira em pesquisas de movimentos nazistas e neonazistas no Brasil”, não faria qualquer sentido buscar a opinião de “autoridades menores” que, eventualmente, defendam posição divergente, ou até oposta? Não estaríamos diante de um caso de “pré-julgamento”?

Repita-se: essa situação, por si só, justifica a publicação deste texto. A discussão a respeito daquilo que aqui foi abordado não é nada bizantina.

Referências bibliográficas

A HISTÓRIA do livro mais perseguido do Brasil. Porto Alegre: Revisão, 1991.

ARBIVOHN [Raimundo Bandeira]. *O perigo prussiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1914.

ATHAÍDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do círculo paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2007.

BARTELT, Dawid Danilo. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1931 bis 1939*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Livre de Berlim, 1991.

BARTELT, Dawid Danilo. “Fünfte Kolonne” ohne Plan. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien, 1931-1939. Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlim, vol. 19, n. 1-2, p. 3-35, 1993.

BERTONHA, João Fábio; ATHAÍDES, Rafael. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior – o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Colônia: Böhlau Verlag, 1971.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *A colônia alemã de Santos e a construção do “perigo alemão”*: da formação ao expurgo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1997.

CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CUNDARI, Paula Casari. *Limites da liberdade de expressão: imprensa e judiciário no "caso Editora Revisão"*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: s. e., 1915.

DELAMARE, Alcebiádes. *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro D. Vital/Anuário do Brasil, 1924.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA (Ed.). *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2007.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2018.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. *"Perigo alemão" ou "germanofobia"?: os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Hakenkreuz über Südamerika. Ideologie, Politik, Militär*. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2004.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul da década de 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René E. Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e "neonazismo" no Brasil. [2014]. Disponível em: <https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/Opinioao.pdf> (acessado em 31/1/2022).

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Rostock: Universidade de Rostock, 1966.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

KRIEGESMANN, Karina. *Feindbild Fremde: Xenophobie als mediale Praxis in Brasilien (1870-1930)*. Frankfurt/M: Campus Verlag, 2020.

KRISCHKE, Jair. O Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a luta contra a Editora Revisão no Brasil: relato da minha militância. In: MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/CORAG, 2000, p. 207-216.

LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAYER, Leandro. *"Politicalha de aldeia": os criminalizados no Estado Novo no oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

MEINERZ, Marcos Eduardo. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MEINERZ, Marcos Eduardo. *"O Reich de mil anos": o imaginário conspiratório da sobrevivência nazista após a Segunda Guerra Mundial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung. Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol Verlag, 2005.

MORAES, Luís Edmundo de Souza; GAK, Igor. O Partido Nazista e o mito da quinta coluna no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói: UFF, vol. 7, n. 14, p. 197-235, 2015.

MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexico, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, 1997.

OLIVEIRA, Roberta Nabuco de. *O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita/SFS: defesa, segurança nacional e perigo alemão na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, 2013.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. *Às margens do caso Ellwanger: visão conspiracionista da História, ecos tardios do integralismo e judicialização do passado*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, 2013.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1942.

PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul – 2º relatório*. [Sem indicações], [1942].

ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

SCHULZE, Frederik. *Auswanderung als nationalistisches Projekt: "Deutschtum" und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)*. Colônia: Böhlau Verlag, 2016.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (Ed.). *Quinta coluna e integralismo*. Rio de Janeiro: UNE, 1943.

VIOLANTE, João Luís Mousinho dos Santos Monteiro. *O caso Ellwanger e seu impacto no direito brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de São Paulo, 2010.